

PORTARIA Nº 1.324/2012

CELSO BENEDITO DA SILVA, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo art. 67, VI, da Lei Orgânica do Município,

Em atendimento ao contido no Parágrafo Único, art. 6º, da Portaria nº 828/2011, de 14/12/2011, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional e,

Considerando a necessidade de:

- a) padronizar os procedimentos contábeis de acordo com as novas normas de contabilidade aplicada ao setor público, com o objetivo de atender à gestão patrimonial na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- b) elaborar demonstrações contábeis consolidadas e padronizadas com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, conforme o disposto no inciso II, do art. 1º, da Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008, do Ministério da Fazenda; e
- c) proporcionar maior transparência sobre as contas públicas,

RESOLVE

Art. 1º - Determinar que os servidores públicos municipais responsáveis pelos departamentos de planejamento, contabilidade, finanças, tributação e controladoria, façam treinamento para estudo do novo plano de contas e das novas normas aplicadas à contabilidade, assim como, o estudo para implantação do sistema de custos e adoção de procedimentos orçamentários e patrimoniais, os quais deverão estar devidamente implantados até o final do exercício de 2014 e que visem:

- I) reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;
- II) reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;
- III) reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;
- IV) registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;
- V) reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;
- VI) implementação do sistema de custos;

VII) aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais;

VIII) demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 03 de abril de 2012.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal



CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Prefeitura Municipal de Bandeirantes - Estado do Paraná

CNPJ 76.235.753/0001-48

Portaria STN nº. 828 de 14 de dezembro de 2011

aspecto	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas:		
Ações		Início	Conclusão
Verificação da estrutura de informática nos setores, atualizando/adquirindo equipamentos		abr/12	dez/13
Adequação do sistema de informação para atender as novas regras de contabilização dos créditos por competência inclusive ajustes para perdas		abr/12	dez/13
Elaboração de procedimentos para a mensuração dos direitos por competência, criando registros analíticos no sistema de informação, individualizado por direito.		abr/12	dez/13
Capacitação dos recursos humanos necessários para a manutenção e alimentação do sistema de informação, bem como novas regras de PCASP		Sempre que necessário	
aspecto	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência:		
Ações		Início	Conclusão
Verificação da estrutura de informática nos setores, atualizando/adquirindo equipamentos		abr/12	dez/14
Adequação do sistema de informação para atender as novas regras de contabilização das obrigações e provisões		abr/12	dez/14
Elaborar procedimentos para reconhecimento e mensuração das obrigações por competência, separando os fatos em registros analíticos na contabilidade, individualizado por obrigação.		abr/12	dez/14
aspecto	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis:		
Ações		Início	Conclusão
Verificação da estrutura de informática nos setores, atualizando/adquirindo equipamentos		abr/12	dez/13
Levantamento de um inventário físico preliminar dos bens móveis e imóveis		abr/12	dez/13
Realizar conferência do inventário físico com os bens cadastrados na contabilidade		abr/12	dez/13
Caso haja bens cadastrados que não constem no inventário físico, abrir processo de apuração de responsabilidade, e oportunamente, efetuar a baixa do bem.		abr/12	dez/13
Elaboração de procedimentos para reconhecimento e mensuração e baixa do ativo intangível		abr/12	dez/13
Elaboração de procedimentos para sistematização de reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos, e suas depreciações.		abr/12	dez/13
aspecto	Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão:		
Ações		Início	Conclusão
Elaborar laudo de avaliação para os bens do ativo imobilizado que estejam subavaliados.		ago/12	dez/13
Elaborar tabela de depreciação que estabeleça a vida útil, as taxas a serem aplicadas e valor residual de cada classe de ativo imobilizado		set/12	dez/13
Efetuar registro contábil dos bens submetidos ao processo de reavaliação		out/12	dez/13
Enquadrar o bem na tabela de depreciação e efetuar o registro contábil da depreciação da parcela correspondente		dez/12	dez/13
No caso dos direitos sujeitos a amortização, efetuar o registro conforme prazo contratual		dez/12	dez/13
No caso de recursos naturais sujeitos a exaustão, efetuar o registro conforme os benefícios estimados		dez/12	dez/13
Efetuar a baixa do bem totalmente depreciado, ou submetê-lo a nova reavaliação caso continue gerando benefício econômico ou social.		sempre que necessário	

Efetuar baixa do direito totalmente amortizado, ou do recurso natural totalmente exaurido.		sempre que necessário	
aspecto	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infra-estrutura:		
Ações		Início	Conclusão
Efetuar levantamento físico dos bens, identificando quando cada foi colocado em uso, sua localização e vida útil.		abr/12	dez/13
Efetuar incorporação dos bens, tendo como base os valores despendidos para a sua construção, devidamente atualizados a valor justo (a partir do laudo de avaliação)		abr/12	dez/13
Efetuar o registro contábil da depreciação, conforme tabela definida pelo ente.		abr/12	dez/13
Efetuar a baixa do bem totalmente depreciado, ou submetê-lo a nova reavaliação caso continue gerando benefício econômico ou social.		abr/12	dez/13
aspecto	Implementação do sistema de custos.		
Ações		Início	Conclusão
Registro contábil dos procedimentos patrimoniais por competencia		abr/12	dez/13
Contratação ou desenvolvimento de sistema de informação no qual a informação de custos seja capturada		abr/12	dez/13
Identificação dos programas que terão seus custos apurados		abr/12	dez/13
Registro/alimentação das informações de custos relativos aos programas selecionados		abr/12	dez/13
Levantamento dos custos apurados		abr/12	dez/13
aspecto	Aplicação do Plano de Contas, detalhado ao nível exigido para a consolidação das contas nacionais:		
Ações		Início	Conclusão
Adaptação do Plano de Contas do ente municipal ao plano nacional PCASP		jun/12	dez/13
Criar rotinas de integridade, de abertura e de encerramento do exercício atendendo a nova rotina de registro contabil		jun/12	dez/13
Ajustar elaboração das Demonstrações contábeis ao padrão PCASP		dez/12	dez/13
aspecto	Demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.		
Ações		Início	Conclusão
Verificar necessidade de mudança de sistema contábil		jun/12	dez/13
Capacitação dos Recursos Humanos da Contabilidade para conhecimento do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público		sempre que necessário	

